

Política cultural e a atuação do Conselho Nacional de Cultura (1961-1964)

Lilian Araripe Lustosa da Costa*

ESTE ARTIGO TRATA DA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO NACIONAL DE CULTURA, instituído pelo presidente Jânio Quadros, pelo Decreto n. 50.293 de 23 de fevereiro de 1961 e da gestão de Paschoal de Carlos Magno. Quando da instalação deste Conselho, já em sua segunda reunião, verificou-se que o Conselho Nacional de Cultura anterior, instituído por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, através do Decreto n. 526 de 01 de julho de 1938 ainda estava vigente, situação que vigorou até depois da renúncia de Jânio Quadros.

Conselho Nacional de Cultura de 1938

O Conselho Nacional de Cultura criado em 1938 foi uma sugestão do então ministro de Educação e Saúde Gustavo Capanema a Getúlio Vargas:

Poder-se-ia justificar a criação de um Departamento Nacional de Cultura. Tudo aconselha, porém, que se confie, preliminarmente, a tarefa de coordenar as atividades de ordem cultural realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde a um Conselho Nacional de Cultura. O desenvolvimento dos serviços, deste Conselho mostrarão de futuro se o Departamento será ou não necessário.

* Bolsista da Fundação Casa de Rui Barbosa e mestranda em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV.

Submeto à elevada consideração de V. Exa. um projeto de decreto-lei organizando o Conselho Nacional de Cultura, o qual, uma vez criado, entrará da categoria dos órgãos de cooperação do Ministério da Educação e Saúde. (Cópia de carta de Gustavo Capanema à Getúlio Vargas. Acervo de Paschoal de Carlos Magno, CEDOC, Funarte).

O Conselho Nacional de Cultura de 1938 foi criado para coordenar as atividades concernentes ao “desenvolvimento cultural” realizadas pelo Ministério de Educação e Saúde. Dentre as atividades que abrangeriam o que se entendia como desenvolvimento cultural estavam incluídas questões também relacionadas à saúde, a pátria e a educação, de acordo ao ideário estado-novista. Segundo o decreto-lei de instalação do Conselho estas são: produção filosófica, científica e literária; cultivo das artes; a conservação do patrimônio cultural; intercâmbio intelectual; difusão cultural entre as massas através dos diferentes processos de penetração espiritual (o livro, o rádio, o teatro, o cinema, etc.); a propaganda e a campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias; a educação cívica através de toda sorte de demonstrações coletivas; educação física (ginástica e esportes); e por fim, a recreação individual e coletiva.

Este Conselho era composto por sete membros, designados pelo presidente da república, dentre nomes consagrados da cultura brasileira, figurando entre eles pelo menos quatro “diretores ou altos funcionários de repartições do Ministério da Educação e Saúde”, encarregados de qualquer atividade cultural. Estes membros eram remunerados e liderados por um secretário geral que deveria ser funcionário do Ministério. Também fazia parte do Conselho um representante do Ministério das Relações Exteriores, escolhido dentre seus funcionários e que estivesse apto ao serviço de cooperação intelectual.

As atribuições do CNC eram: fazer balanço das atividades, de caráter público ou privado, realizadas em todo o país, quanto ao desenvolvimento cultural, para o fim de delinear os tipos das instituições culturais e as diretrizes de sua ação, de modo que delas se possa tirar o máximo proveito; sugerir aos poderes públicos as medidas tendentes a ampliar e aperfeiçoar os serviços por eles mantidos para a realização de

quaisquer atividades culturais; e estudar a situação das instituições culturais de caráter privado, para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal.

Notamos que suas atribuições eram somente de planejamento e levantamento, utilizados para elaborar sugestões que contribuíssem para o aperfeiçoamento dos serviços culturais do Ministério da Educação e Saúde. Infelizmente não temos informações de como isso se dava na prática e se este possuía algum tipo de dotação orçamentária para atender alguns pleitos de instituições culturais. Também não encontramos documentação que indicasse como o Conselho funcionou de fato e se a lista de conselheiros permaneceu a mesma durante todo período estudado.

Conselho Nacional de Cultura de 1961

Criado a partir do decreto n. 50.293 de 23 de fevereiro de 1961, pelo então presidente da república Jânio Quadros, e tendo como primeiro secretário geral Paschoal de Carlos Magno, este Conselho funcionou ativamente em seus três primeiros anos, até o golpe civil militar, quando suas atividades foram de certo modo paralisadas. O trabalho do CNC foi retomado com a instalação do Conselho Federal da Cultura, em 1967.

Este Conselho era diretamente subordinado à Presidência da República e visava à orientação da política cultural de Governo. Após sua instalação ele foi transferido para o Ministério de Educação e Cultura. Era composto por seis comissões: Comissão Nacional de Literatura, Comissão Nacional de Teatro, Comissão Nacional de Cinema, Comissão Nacional de Música e Dança, Comissão Nacional de Artes Plásticas e Comissão Nacional de Filosofia e Ciências Sociais. Cada comissão era composta por cinco membros, com mandatos de dois anos e nomeados pelo Presidente da República. Os membros deveriam ser representantes de entidades relativas a cada setor artístico ou por pessoas “de reconhecido valor cultural” e eram remunerados, assim como o secretário geral. A Comissão Nacional de Cinema funcionaria também como Conselho

Consultivo do GEICINE (Grupo Executivo da Indústria Cinematográfica) e por isto era integrada por nove membros.

De acordo com as atas iniciais do Conselho, ainda em 1961, os nomes que compunham as Comissões eram os seguintes:

1. Comissão Nacional de Literatura: Alceu do Amoroso Lima, Jorge Amado, Carlos Drummond de Andrade, Belarmino Austregésilo de Athayde (presidente), Antônio Cândido de Melo e Souza e Mário Pedrosa;
2. Comissão Nacional de Artes Plásticas: Francisco Matarazzo Sobrinho (presidente), Augusto Rodrigues, Geraldo Benedito Gonçalves Ferraz, Lívio Abramo e Oscar Niemeyer;
3. Comissão Nacional de Cinema: Flávio Tambellini (presidente) Antonio Moniz Viana, Rubem Biáfora, Francisco Luiz de Almeida Sales e Lola Brah;
4. Comissão Nacional de Teatro: Clóvis Garcia (presidente), Alfredo Mesquita, Cacilda Becker, Nelson Rodrigues e Décio de Almeida Prado;
5. Comissão Nacional de Música e Dança: José Cândido de Andrade Muricy (Presidente), Otto Maria Carpeaux, Eleazar de Carvalho, Heitor Alimonda e Edino Krieger;
6. Comissão Nacional de Filosofia e Ciências Sociais: Djacir Menezes, Sérgio Buarque de Hollanda, Dom Clemente Isnard, Euríalo Canabrava e Gilberto Freyre.

Verificamos de acordo os nomes elencados, que realmente eram todos personalidades de renome na cultura nacional e que se destacavam nas áreas em que atuavam. Infelizmente não temos atas suficientes para perceber o cotidiano dessas Comissões e o papel dos conselheiros dentro delas.

A partir de seu decreto-lei verificamos que as principais atribuições do CNC eram: elaborar um plano geral de política cultural e programas anuais para sua aplicação; estudar e opinar sobre todos os assuntos de natureza cultural que lhe forem submetidas pela Presidência da República; sugerir à Presidência da República medidas de estímulo à atividade cultural; proceder ao balanço das atividades culturais em todo o País, de caráter público ou privado, relacionando os órgãos e entidades que as exercem, para fim de coordenar a ação do Governo frente a todas as instituições culturais existentes, visando o maior rendimento de sua ação; propor ao Governo a reestruturação, ampliação ou extinção de órgãos culturais da União, a sua articulação dentro do plano geral de estímulo à cultura e a criação de órgãos novos para atender às necessidades de desenvolvimento cultural do País; apreciar, previamente, os programas de trabalho anualmente elaborados pelas Comissões criadas pelo artigo 2º, bem como decidir sobre quaisquer outras sugestões dessas Comissões; editar revista destinada à difusão das artes e da cultura e ao registro das atividades culturais em todo o País; estudar e desenvolver medidas no sentido da popularização da cultura, inclusive através da manutenção de estação emissora de rádio e televisão; estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura e propor convênios com órgãos dessa natureza para unidade e desenvolvimento da política cultural do País; articular-se com todos os órgãos culturais da União podendo requisitar deles o que necessitar para o cumprimento de suas atribuições.

Podemos perceber a partir da análise dessas atribuições que, ao contrário do Conselho anterior, este era mais atuante e participativo e tinha certo poder para definir uma política cultural para o país, através das sugestões dadas à Presidência da República. Notamos também, a preocupação em realizar um mapeamento cultural do Brasil. Essa questão também foi suscitada no Conselho Nacional de Cultura de 1938 e no Conselho Federal de Cultura (CFC) criado em 1966, que ressaltavam a necessidade de um levantamento das instituições culturais, privadas ou públicas, atuantes no país. Outro ponto interessante é a ideia de “estimular a criação de Conselhos Estaduais de Cultura”, o que será bastante debatido no Conselho Federal de Cultura, que estabelece medidas

claras para a implantação destes. A partir desse dado, podemos inferir que essa meta não foi atingida, já que quando da criação do CFC só haviam dois conselhos estaduais instalados, o do estado da Guanabara e de São Paulo. (CALABRE, 2007) Quanto à elaboração de plano de política cultural, encontramos um esboço nos arquivos, mas este era entendido como as atividades que deveriam ser realizadas nas diversas áreas (seminários, festivais, espetáculos, exposições, etc.) e não havia claramente uma formulação de uma política, de um programa ou projeto específico.

O Conselho era integrado pelos presidentes de cada Comissão e pelo seu secretário-geral, por um representante do Ministério da Educação, do Ministério da Fazenda, do Ministério das Relações Exteriores e um da Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). A organização se dava da seguinte maneira: Conselho Pleno (formado por todos os membros das comissões nacionais e pelos componentes do Conselho Deliberativo); Conselho Deliberativo (integrado pelos presidentes das comissões, secretário geral e demais membros do Conselho); Comissões Nacionais e Secretaria-Geral. Este também possuía uma dotação orçamentária para seu funcionamento, assim como para atender alguns pleitos de instituições culturais.

De acordo com a ata de instalação do Conselho, o Presidente da República definiu as tarefas deste, como a de “coordenar, disciplinar e traçar a vitalização da cultura, de sua popularização e democratização”, e considerava que não havia ninguém melhor para a tarefa do que “uma elite a serviço do povo”, representada pelos conselheiros, intelectuais de renome que tinham o dever de servir ao homem brasileiro na defesa de sua cultura. O primeiro secretário geral do CNC foi Mário Pedrosa¹ que ficou até 1962, ano que Paschoal de Carlos Magno assumiu a secretaria.

¹ Mário Pedrosa - Crítico de arte, jornalista, professor. Foi membro das comissões organizadoras das <Bienais Internacionais de São Paulo> de 1953 e 1955, e diretor-geral da bienal de 1961. Dirigiu o Museu de Arte Moderna de São Paulo - MAM/SP de 1961 até 1963. De 1961 a 1962, foi secretário do Conselho Nacional de Cultura, criado pelo governo Jânio Quadros. Ver: Itaú Cultural:

A entrada de Paschoal de Carlos Magno no Conselho movimentou o órgão. Grande crítico da situação da cultura no país e da falta de recursos do Conselho, ele empreendeu viagens buscando diagnosticar a realidade cultural dos estados, tratando com diversos representantes do setor cultural e tomando o encargo de levantar todas as entidades de caráter público ou privado para planejar as atividades do Conselho Nacional de Cultura.

Paschoal não poupava críticas à situação do CNC. Em ofício enviado ao Ministro de Educação e Cultura Roberto Lyra, ele expõe a realidade e precariedade do Conselho:

[...] Enfrentei nesses meses de exercício, todas as dificuldades de um departamento pobre de recursos financeiros e pessoal. [...]

Este Conselho, criado em 1938, por Decreto-lei pelo Presidente Getúlio Vargas, nunca foi olhado seriamente. Existiu, desde então, em papel. Ressuscitado em 1961, por um decreto do Presidente Jânio Quadros, não anulou a validade daquele. Não lhe foram concedidas verbas nem atenções especiais. O atual Governo o devolveu à sua forma primitiva, legalizando-lhe a situação. [...]

O CNC não pode simplesmente ser um órgão de consulta, alienado da massa. [...] Padecendo de uma organização anômala, como já observei, o Ministério da Educação e Cultura vem desenvolvendo toda a sua ação no campo educacional. Esquecendo-se mesmo da inconveniência de desligar a educação da cultura, já que àquela não existe sem esta. [...] (Ofício 360/62, de 20 de agosto de 1962. Acervo de Paschoal de Carlos Magno, CEDOC, Funarte).

Apesar da citação extensa, ela torna-se importante para demonstrar que, mesmo sendo secretário geral do Conselho, Paschoal de Carlos Magno faz uma análise da situação precária em que o Conselho vinha funcionando e a disparidade entre os recursos para a educação e aqueles destinados à cultura, assim como a falta de prioridade desta para o

<http://www.itaucultural.org.br/aplicexternas/enciclopedia_ic/index.cfm?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=2733&cd_idioma=28555&cd_item=1>. Acesso em: 01/06/2011.

próprio governo, situação que infelizmente ainda podemos apontar cinquenta anos depois.

Ao analisar algumas atas do Conselho, verificamos vários pedidos de auxílio financeiro de diversas entidades culturais do país. Grande parte deles foram atendidos, pelo menos parcialmente. De acordo com o depoimento do Ministro Paulo de Tarso em ata do Conselho:

A Secretaria Geral fica devidamente autorizada, dentro dos limitados recursos que dispõe o CNC a auxiliar conjuntos orquestrais, corais, grupos de teatro de Brasília ou não, assim como patrocinar exposições de artes plásticas, artesanato, lançamento de livros, assim como oferecer prêmios e torneios de arte e cultura de crianças e adolescente. (Ata de reunião Conselho Nacional de Cultura, realizada em Brasília, no dia 29 de agosto de 1963.

Este repasse de recursos não era feito através de convênio, o secretário geral enviava uma ordem de pagamento ao interessado, a ser debitada da conta do Conselho Nacional de Cultura no Banco do Brasil. Notamos que a maioria das entidades e órgãos beneficiados, fazia parte do governo federal, ficando o Conselho encarregado de suprir necessidades emergenciais.

Caravana Cultural

O principal projeto desenvolvido pelo Conselho Nacional de Cultura foi a Caravana da Cultura. De acordo com o relatório do CNC esse evento ocorreu no mês de dezembro de 1963, mas os jornais da época mostram que muitas cidades aguardavam sua chegada ainda em janeiro de 1964. A ideia era que o projeto passasse por todas as regiões do país, mas após a primeira etapa encerrada, foi instaurado o golpe civil militar no país e as atividades do Conselho foram paralisadas.

A Caravana da Cultura tinha como objetivo levar arte e cultura à população do interior do Brasil. No discurso de sua partida, em plena Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro, o presidente João Goulart a trata como “Caravana da Unidade Nacional” pela sua

atuação ao longo da Rio-Bahia. A ideia da Caravana partiu do próprio Paschoal de Carlos Magno:

A idéia desta Caravana nasceu a exemplo do que pude observar em outros países onde exerci funções diplomáticas. Vi, certa vez nas galerias de Londres um trem que fazia percurso por diversas cidades e vilarejos, demorava-se em casa, por um ou mais dias, dando ao povo a oportunidade de olhar exposições de telas famosas, trabalhos de arquitetura e outras obras de arte. Era algo impressionante! Vi na Polônia, noutra ocasião, museus inteiros transportados em caminhões e conduzidos para serem exibidos em vilarejos. Eu poderia passar horas evocando experiências iguais por diversos países, como França, Itália, Alemanha, Rússia e outros, onde pude observar transportes de bibliotecas e inúmeras obras de arte, com o fito de levar o teatro, a arte, as danças ao povo. (*Gazeta de Sergipe*, 26 de janeiro de 1964)

Inicialmente, a Caravana deveria visitar dezoito cidades entre o estado da Guanabara e de Alagoas, atravessando cinco estados através da BR-4. Em cada cidade visitada seriam apresentados espetáculos de teatro e de bailado, de ópera e de música (clássica e popular), de danças típicas, de fantoches, de ginástica aplicada, recitais de poesia e exposições de pintura e de arquitetura do Rio de Janeiro, de rendas de Santa Catarina, acompanhadas por palestras e conferências.

A Caravana contou a colaboração do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, do Museu Nacional de Belas-Artes e da Cinemateca de S. Paulo. Outra ação importante era que com o apoio do Instituto Nacional do Livro, a Caravana oferecia publicações às bibliotecas das cidades visitadas e entregava nas mesmas cidades dois mil discos de música clássica e popular brasileira às estações de Rádio (50 a cada) e duas mil assinaturas anuais de dez publicações especializadas de literatura e artes aos 125 liceus do percurso.

As cidades visitadas deveriam acolher a Caravana oferecendo hospedagem e alimentação aos seus integrantes, mas especialmente naquelas em que a Caravana se demoraria mais que as vinte e quatro horas habituais. O Conselho Nacional de Cultura

se responsabilizava por parte das despesas. As cidades visitadas pela Caravana foram: Vitória da Conquista (BA), Itabuna (BA), Feira de Santana (BA), Salvador (BA), Ilhéus (BA), Jequié (BA), Governador Valadares (MG), Além Paraíba (MG), Muriaé (MG), Leopoldina (MG), Caratinga (MG), Governador Valadares (MG), Teófilo Otoni (MG), Estância (SE), Aracaju (SE), Maceió (AL) e Penedo (AL).

De acordo com André Massil, em reportagem para o *Diário de Notícias* de Lisboa:

[...] Um dia de “magnífica loucura” em cada cidade ou vila, mesmo além do Rio Baía, até Penedo, já tradicional por seus “Festivais de Arte”, apesar de havê-los iniciado apenas em 63, valerá por um ano (ou muitos) de esquecimento. Nesse único dia, cada cidade assistirá, desde as nove da manhã até a meia noite, um desfile de astros da categoria de Sérgio Cardoso e Beatriz Consuelo, ao lado de espetáculos apresentados por teatros universitários, escolas de *ballet*, corais eruditos, conjuntos folclóricos, cantores de câmara e de ópera, filmes de arte, teatros de fantoches, enquanto, pelo rádio, falarão professores e escritores, explicando quantas coisas o povo deseja saber. Um dia desses que valerão por uma existência, pois, quando a caravana partir, ninguém mais se conformará em voltar ao ramerrão e passará a agir, por conta própria ou com apelos aos governos e seus deputados (todos os lugares possuem alguém que recebeu seus votos e deve fazer algo para merecê-los) para que ali se forme centros culturais, de onde saem, no futuro, componentes para novas caravanas, destinados a [lugares] ainda abandonados pela cultura. E assim, de caravana em caravana, nesta terra se irá plantando vontade de crescer tanto econômica, quanto culturalmente, já que é impossível separar esses elementos”. (*Diário de Notícias*, Lisboa, 29 de janeiro de 1964)

Este depoimento, apesar de certo modo exagerado, serve para ilustrar o sentimento da população em relação à chegada da Caravana em seus municípios. No arquivo de Paschoal de Carlos Magno, há diversas reportagens de jornais locais, das diferentes cidades onde a Caravana passou que transmitem a sensação de encantamento e do que representou esse dia intenso de atividades culturais em lugares que, segundo as reportagens, praticamente não havia apresentações culturais.

Uma caravana de cinco ônibus e vários veículos particulares conduzindo mais de duzentos artistas de quase todos os ramos da arte acaba de percorrer a BR-4, do Rio de Janeiro a Maceió, visitando cerca de vinte cidades do interior de Minas, Bahia, Sergipe e Alagoas, para promover o intercâmbio cultural e humano entre as diversas regiões do País e levar a cultura e a arte – prioritariamente a brasileira – às cidades do interior às quais nunca chegam os movimentos e realizações artísticas das capitais. (*O Diário*, sem data. Recortes de jornais. Acervo Paschoal de Carlos Magno. CEDOC. Funarte.)

Ao terminar essa primeira e única fase da Caravana Cultural Rio-Bahia, Paschoal de Carlos Magno estava extremamente realizado e ciente do bom trabalho que havia feito, durante um mês de intensas viagens. Segundo ele, foram representados 174 espetáculos para crianças e 20 para adultos, 26 toneladas de livros foram distribuídas entre ginásios, bibliotecas infantis, 134 ginásios do roteiro receberam assinatura anual de dez publicações de arte ou literatura, compradas pelo Conselho Nacional de Cultura, para 1964. Também foram oferecidos ainda cerca de 4.000 discos atingindo a mais de meio milhão de brasileiros que não tinham acesso a bens culturais. Para ele “a cultura não é privilégio de nenhum grupo ou classe, mas pelo contrário, pertence a todos seja ele rico ou pobre, preto ou branco” e o objetivo da Caravana era “o de levar ao povo obreiro o mesmo direito que tem seus patrões de assistirem a bons espetáculos de Arte, além de difundir a arte teatral numa parte do País essencialmente subdesenvolvidas” (*Gazeta de Sergipe*, 26/01/1964).

A ideia de Paschoal de Carlos Magno juntamente com o Ministro de Educação e Cultura Julio Sambaqui (e cujo projeto foi aprovado pelo Presidente João Goulart), era a de organizar mais 36 Caravanas, que além das exposições de artes plásticas, arquitetura, arte infantil e reprodução de quadros famosos, faria exhibições de filmes e doações de livros a ginásios e escolas, encerrando com o I Seminário de Cultura na Fazenda Nova, perto de Caruaru, ponto de encontro de 11 caravanas. O que diferiria da primeira Caravana, é que estas não teriam a mesma quantidade de pessoas envolvidas (200) e

contariam com no máximo 33 integrantes, para facilitar a locomoção (*Diário de Minas*, 29/02/1964).²

Em março ocorre o golpe civil militar e por um tempo todas as atividades ficaram paralisadas. Interessante notar, que Paschoal de Carlos Magno solicita sua exoneração do cargo de secretário geral do Conselho Nacional de Cultura em julho, justificando a necessidade de voltar as suas atividades junto ao Itamarati, mas esta só lhe é concedida em novembro. Não temos informações de quem o substitui no Conselho, mas em 1966 é Murilo Miranda³ que está à frente da secretaria geral.

Interessante notar que Josué Montello, presidente do Conselho Federal de Cultura criado em 1966, afirmou em reunião da Comissão de Educação e Cultura da Câmara, que “o antigo Conselho Nacional de Cultura praticamente não existia. O que se via era apenas uma sala, um secretário e um telefone. Assim eram tratados os assuntos de cultura do país”. (*Revista CULTURA*, n.4, 1967:153). Ao analisarmos a breve gestão (1962-1964) de Paschoal de Carlos Magno à frente do Conselho Nacional de Cultura, verificamos que durante este curto período o Conselho realizou diversas atividades e atendeu um grande número de solicitações de instituições culturais, mas principalmente, conseguiu realizar um projeto de alcance nacional, com poucos recursos e em pouco tempo, o que parece contradizer a afirmação de Josué Montello.

Não podemos afirmar que o Conselho Nacional de Cultura tinha uma política cultural clara, como vimos. Mesmo diante das dificuldades que enfrentou, o CNC conseguiu realizar um projeto de alcance nacional como a Caravana da Cultura, que propiciou um diálogo, ainda que breve, entre o Ministério de Educação e Cultura e municípios de diferentes realidades do país. Por isso, não podemos deixar de reconhecer o seu papel na história das políticas públicas para a cultura do país.

² Para uma melhor compreensão de como funcionava a Caravana, segue programação no Anexo 1.

³ Escritor, fundador da *Revista Acadêmica*.

Referências e fontes:

Acervo de Paschoal de Carlos Leme. CEDOC, Funarte.

Decreto n. 526 de 01 de julho de 1938.

Decreto n. 50.293 de 23 de fevereiro de 1961.

Ata de reunião Conselho Nacional de Cultura, realizada em Brasília, no dia 29 de agosto de 1963. In: Boletim n. ?

Diário de Minas

Gazeta de Sergipe

BRASIL. MEC – CFC. Cultura, Ano 1, n. 4. Rio de Janeiro, 1967.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanço & perspectivas. In: RUBIM, Antonio Albino e BARBALHO, Alexandre. *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007. 179p.